



PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 134/2022¹
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CAU/RS Nº 002/2022

ANEXO VI²

PUBLICAÇÃO CADERNOS DO PATRIMÔNIO: RELATOS DO PATRIMÔNIO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL VILA FLORES - ACVF

TERMO DE FOMENTO Nº003/2022

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO CULTURAL VILA FLORES - ACVF, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS, autarquia pública federal, criada pela Lei nº 12.378/2010, inscrito no CNPJ sob o nº 14.840.270/0001-15, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 14º e 15º andares, CEP nº 90430-090, Porto Alegre/RS, representado neste ato por seu Presidente, Tiago Holzmann da Silva, brasileiro, Arquiteto e Urbanista, inscrito no CPF/MPF sob o nº 600.929.550-53; e a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL VILA FLORES**, inscrita no CNPJ sob nº 20.991.804/0001-07, com sede na Rua São Carlos n. 759, Bairro Floresta, Porto Alegre-RS, representada neste ato por seu(sua) Presidente, João Felipe Chaves Barcellos Wallig, inscrito no CPF/MPF sob o nº 229.162.408-37, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **TERMO DE FOMENTO**, em conformidade com Edital de Chamamento Público 002/2022 do CAU/RS, que visa a execução do **PROJETO PUBLICAÇÃO CADERNOS DO PATRIMÔNIO: RELATOS DO PATRIMÔNIO** nos termos e condições a seguir especificados:

1. DO OBJETO

O Edital de Chamamento Público n. 002/2022 tem como objetivo a convocação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que contribuam para promover a produção e a difusão do conhecimento, estimular o desenvolvimento e a consolidação do ensino e do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo para que apresentem propostas, a serem selecionadas para receber Apoio Institucional do CAU/RS, destinado ao pagamento de determinados bens ou serviços, na forma deste edital.

¹ Protocolo SICCAU nº [1603118/2022]

² Protocolo SICCAU nº [1529587/2022]



2. DA ATUAÇÃO EM REDE

2.1 Em consonância com o art. 45 do Decreto 8.726/2016, a execução da parceria pode se dar por atuação em Rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de Termo de Atuação em Rede³.

2.2 É permitida a atuação em Rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização Celebrante do Termo de Fomento ou de Colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária possua:

I - Mais de cinco anos de inscrição no CNPJ;

II - Capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em Rede.

2.3 A organização da sociedade civil que assinar o Termo de Colaboração ou de Fomento deverá celebrar, também, Termo de Atuação em Rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização:

I - Verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do Termo de Colaboração ou Fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de conta;

2.4 Atuação em Rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria. A Rede deve ser composta por:

I - Uma organização da sociedade civil Celebrante da parceria com o CAU/RS, que ficará responsável pela Rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - Uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com o CAU/RS, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil Celebrante.

2.5 A atuação em Rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil Celebrante.

2.6 A atuação em Rede será formalizada entre a organização da sociedade civil Celebrante e cada uma das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes por meio de um único Termo de Atuação em Rede.

a) O Termo de Atuação em Rede especificará o objeto a direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela organização da sociedade civil executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela organização da sociedade civil Celebrante.

³ Anexo XXV – Termo de Atuação em Rede



- b) O Termo de Atuação em Rede vigorará pelo mesmo período do Termo de Fomento assinado entre o CAU/RS e a **OSC CELEBRANTE**, a saber de 04/11/2022 a 31/12/2022.
- c) A organização da sociedade civil Celebrante deverá comunicar ao CAU/RS sobre a assinatura do Termo de Atuação em Rede no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura.
- d) Na hipótese de o Termo de Atuação em Rede ser rescindido, a organização da sociedade civil Celebrante deverá comunicar o fato ao CAU/RS no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data de formalização da rescisão.
- e) Caso seja firmado Termo Aditivo, a OSC CELEBRANTE deverá apresentá-lo ao CAU/RS em até 15 (quinze) dias da sua celebração, justificando a razão do Aditivo.
- f) A organização da sociedade civil Celebrante deverá assegurar, no momento da assinatura do Termo de Atuação em Rede, a regularidade jurídica e fiscal da organização da sociedade civil executante e não celebrante, que será verificada por meio da apresentação de:
- I - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, 03 (três) anos com cadastro ativo;
- II - Cópia do estatuto e eventuais alterações registradas;
- III - Declaração do representante legal da organização da sociedade civil executante e não Celebrante de que não possui impedimento no CEPIM, SICONV, SIAFI, SICAF E CADIN.
- III – As seguintes certidões:
- i. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - ii. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
 - iii. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 2.6.1 As organizações de sociedade civil que participarem da Rede não poderão incorrer nas vedações estabelecidas no Capítulo XX – Dos Requisitos e Impedimentos para Celebrar;
- 2.6.2 Fica vedada a participação em Rede de organização da sociedade civil executante e não celebrante que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da Comissão de Seleção responsável pelo chamamento público que resultará na celebração da parceria.
- 2.7 A organização da sociedade civil Celebrante da parceria é responsável pelos atos realizados pela Rede.
- 2.8 Os direitos e as obrigações da Celebrante perante o CAU/RS não poderão ser sub-rogados à organização da sociedade civil executante e não celebrante.
- 2.9 Na hipótese de irregularidade ou desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes responderão subsidiariamente até o limite do valor dos recursos recebidos ou pelo valor devido em razão de danos ao erário.



2.10 O CAU/RS avaliará e monitorará a organização da sociedade civil Celebrante, que prestará informações sobre prazos, metas e ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não Celebrantes.

2.10.1 As organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes deverão apresentar informações sobre a execução das ações, dos prazos e das metas e documentos e comprovantes de despesas, inclusive com o pessoal contratado, necessários à prestação de contas pela organização da sociedade civil Celebrante da parceria, conforme descrito no Termo de Atuação em Rede e no inciso I do parágrafo único do art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014.

2.11 A organização Celebrante deverá identificar no Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas as ações e despesas realizadas pelas organizações de sociedade civil executantes e não celebrantes.

2.12 O ressarcimento ao erário realizado pela organização da sociedade civil Celebrante não afasta o seu direito de regresso contra as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

3. DA PROPOSTA DE TRABALHO

3.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se obrigam a cumprir a Proposta/Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

4. DOS PRAZOS

4.1 Do prazo de vigência do instrumento da parceria:

4.1.1 O prazo de vigência do instrumento de parceria⁴ iniciará na data de sua assinatura e encerrará em 31 de dezembro do ano de publicação do edital, salvo disposição contratual diversa.

4.1.2 Em caso de prorrogação da validade do edital, e não tendo sido finalizado o prazo para execução do objeto da parceria por parte da organização de sociedade civil, caberá ao Gestor solicitar à Unidade do CAU/RS responsável pela emissão de contratos que providencie termo aditivo para a regularização.

§ 1º. A prorrogação do prazo de vigência do instrumento de assinatura da parceria não altera o prazo de execução do seu objeto, salvo disposição diversa.

§ 2º. A vigência da parceria também poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública, m, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

4.2 Do prazo de execução do objeto da parceria:

O prazo de execução do objeto é de 04/11/2022, observado o cronograma do Plano de Trabalho, até 31/12/2022.

⁴ Entende-se como o prazo que determina a duração do contrato.



4.2.1 A prorrogação do presente instrumento poderá ocorrer quando:

- a) O CAU/RS decidir prorrogar o prazo de vigência do edital, devendo formalizar tal decisão à organização da sociedade civil;
- b) A proponente apresentar solicitação, desde que devidamente formalizada e justificada, direcionada à Administração do CAU/RS com, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

§1º Em ambos os casos, o CAU/RS providenciará Termo Aditivo a ser assinado pelas partes.

§2º No caso do item “b”, o deferimento ou não do pedido ficará a critério do CAU/RS.

4.2.2 É permitido à proponente a solicitação de prorrogação do prazo de execução do objeto da parceria, desde que observada a regulamentação do edital e apresentada com até 30 (trintas) dias de antecedência do prazo de execução da ação a ser prorrogada, conforme consta no cronograma da Proposta/Plano de Trabalho.

§1º Caberá ao Gestor da parceria a análise e deferimento ou não da solicitação, cabendo a este formalizar sua decisão à organização da sociedade.

§2º Caso o pedido seja deferido, o CAU/RS providenciará Termo Aditivo a ser assinado pelas partes.

- i. Para fins de produção de seus efeitos, o Termo Aditivo será válido a partir da data de sua publicação no sítio do Portal da Transparência do CAU/RS ou outro meio de publicidade adotado pelo CAU/RS;
- ii. Ao alterar o prazo inicial, se aplicará ao prazo final o mesmo tempo de prorrogação;
- iii. A prorrogação do prazo final não deverá ultrapassar a data limite para a apresentação do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS E SUA LIBERAÇÃO

5.1 Para a execução dos objetivos previstos neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pelo CAU/RS no valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos termos da Proposta aprovada pelo CAU/RS, à conta da ação orçamentária Conta n.º 6.2.2.1.1.01.07.02.002 – Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades, vinculada ao Centro de Custo n.º 4.03.28 – Edital de Apoio Institucional de Interesse do Conselho, ficando estabelecida que a liberação de recursos pelo CAU/RS à organização da sociedade civil observará a Lei na qual se fundamenta esta avença e os prazos estabelecidos em comum acordo nos termos descritos do Edital de Chamamento Público n.º 002/2022 e do item “DA CONCESSÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS” constante na Proposta de Trabalho e demais normas regentes.

5.2 Os recursos serão depositados pelo CAU/RS na conta da proponente conforme previsão de repasses estabelecidos no edital, e, enquanto não forem empregados na finalidade indicada na proposta, devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública, sendo que, em caso de devolução dos recursos ao CAU/RS, estes deverão ser restituídos com a respectiva atualização monetária.

5.3 As organizações da sociedade civil que tiverem as suas Propostas/Planos de Trabalho qualificadas receberão os recursos em conta bancária em 01 (uma) parcela, cujos valores e prazos estão indicados na



Proposta/Plano de Trabalho e no item 06 do Edital de Chamada Pública n. 002/2022. A prestação de contas será realizada em 01 (uma) fase, conforme descrito no item 21 do edital a que se aplica este Termo.

5.4 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 35 a 42 do Decreto nº 8.726, de 2016. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a organização da sociedade civil, ou seu dirigente, alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

6. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos a serem disponibilizados pelo CAU/RS deverão ser mantidos em conta específica da organização da sociedade civil para a finalidade deste Termo de Fomento, junto ao banco público, ficando estabelecido que as tarifas bancárias cobradas pela instituição financeira não são passíveis de pagamento com os recursos disponibilizados pelo CAU/RS, sendo estas tarifas de responsabilidade da OSC.

6.2 Os recursos depositados na conta bancária específica para este Termo serão aplicados em caderneta de poupança ou outra aplicação financeira no banco público que não coloque em risco os recursos financeiros disponibilizados pelo CAU/RS, enquanto não empregados na sua finalidade.

6.3 Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento, o que desde já se autoriza, estando tais rendimentos sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.4 Os recursos da parceria geridos pela organização da sociedade civil estão vinculados à Proposta/Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CAU/RS E DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

7.1 O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à organização da sociedade civil utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto deste Termo.

7.2 Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe ao CAU/RS cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. Promover o consentimento para a retirada na conta bancária pela OSC, em obediência à distribuição dos repasses de recursos constante no Plano de Trabalho e demais atos normativos regentes.

II. Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda a sua extensão e no tempo devido;



- III. Monitorar e avaliar a execução do objeto deste, por meio de reuniões, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- IV. Comunicar à organização da sociedade civil quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- V. Analisar o Relatório Executivo- Financeiro de Prestação de Contas apresentado pela organização da sociedade civil;
- VI. Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento ou do Plano de Trabalho;
- VII. Designar o gestor da parceria;
- VIII. Determinar a devolução dos recursos disponibilizados pelo CAU/RS em poder da OSC na hipótese de inexecução do objeto deste instrumento por culpa exclusiva desta, por ato próprio e independentemente de autorização judicial;
- IX. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto na Proposta/Plano de Trabalho, quando necessário, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da OSC, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o CAU/RS assumir essas responsabilidades;
- X. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo CAU/RS ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à organização da sociedade civil e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- XI. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o Termo celebrado e a Proposta/Plano de Trabalho;
- XII. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- XIII. Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;
- XIV. Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo;
- XV. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.
- 7.3 Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à organização da sociedade civil cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:



- I. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste, a legislação pertinente e a Proposta/Plano de Trabalho aprovado pelas partícipes, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo;
- II. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- III. Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019/2014, bem como não utilizar os recursos recebidos para pagamento de bebidas alcoólicas;
- IV. Executar a Proposta/Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos com observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- V. Apresentar ao CAU/RS a prestação de contas mediante Relatório Executivo-Financeiro;
- VI. Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução da Proposta/Plano de Trabalho, inclusive pelos encargos sociais, previdenciários e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
- VII. Permitir o livre acesso do gestor da parceria e do Tribunal de Contas da União a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- VIII. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo, restituir ao CAU/RS os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;
- IX. Em caso de alteração na Proposta/Plano de Trabalho, a submeter o pedido ao CAU/RS, com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência do prazo de execução da ação a ser prorrogada;
- X. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- XI. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária do CAU/RS quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

8. DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

- 8.1 A organização da sociedade civil adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo CAU/RS.
- 8.2 A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado na Proposta/Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto na Proposta/Plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.
- 8.3 Para fins de comprovação das despesas, a proponente deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.



8.4 Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite individual de R\$ 1.800,00 reais (um mil e oitocentos reais).

8.5 Na gestão financeira, a organização da sociedade civil poderá:

I. Pagar despesa em data posterior ao término da vigência deste instrumento de parceria, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II. Incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da OSC, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista na Proposta/Plano de Trabalho aprovado.

8.6 É vedado à OSC:

I. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II. Contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; e

III. Pagar despesa com recursos do CAU/RS cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

9. DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

9.1 A execução do objeto da parceria será acompanhada pelo gestor da parceria designado pelo CAU/RS, por meio de ações de monitoramento e avaliação, nos termos da legislação de regência, as quais terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

9.2 As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

9.3 No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, o gestor da parceria:

I. Emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria acerca da prestação de contas da organização da sociedade civil, que será homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do CAU/RS, verificando a conformidade do cumprimento do objeto, bem como a adequação do relatório financeiro apresentado, e, ainda, evidenciando os resultados alcançados durante a execução da parceria e eventuais oportunidades de melhoria;

II. Realizará diligências sempre que necessárias e visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto e do alcance das metas;

III. Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros;

IV. Poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação;



9.4 A visita técnica in loco, de que trata item 7.3, inciso VII, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública federal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União. A organização da sociedade civil deverá ser notificada previamente com, no mínimo, 3 (três) dias úteis antes da realização da visita técnica in loco.

10. DA EXTINÇÃO/RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

10.1 O presente Termo poderá ser:

- I. Extinto por decurso de prazo;
- II. Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato a ser providenciado pelo CAU/RS;
- III. Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante notificação por escrito ao outro partícipe com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.

- a) A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

IV. Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante notificação por escrito ao outro partícipe com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) Violação da legislação aplicável;
- d) Cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) Malversação de recursos públicos;
- f) Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação ao CAU/RS;
- i) Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da data de publicação deste Termo, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Presidente do CAU/RS; e
- j) Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.1.1 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.



10.1.2 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

10.1.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.1.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pelo CAU/RS.

10.1.5 Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo, a organização da sociedade civil deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob a pena de incidência das cominações legais.

11.2 Os débitos a serem eventualmente restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros na forma da legislação de regência.

12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

12.1 A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar os resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas, apresentada, mediante entrega do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas, deverá conter elementos que permitam ao CAU/RS avaliar se o seu objeto foi executado conforme pactuado.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com este Termo e com a Proposta/Plano de Trabalho o CAU/RS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as sanções previstas nos normativos de regência desta avença.

Parágrafo único. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas do CAU/RS destinada a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data inicial de apresentação do Relatório Executivo-Financeiro de Prestação de Contas ou do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.



14. DA DIVULGAÇÃO

14.1 Em razão do presente Termo de Fomento, a organização da sociedade civil se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do CAU/RS, utilizando os arquivos de identidade visual fornecidos por este. Ainda, deverá observar o disposto no art. 11, Seção III da Lei nº 13.019/2014 cujo texto determina que a OSC deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

14.2 A divulgação tem como objetivo impactar o maior público possível, informando com clareza do que trata a ação, que tipo de oportunidade ela representa, qual seu público-alvo, como informado na Proposta/Plano de Trabalho, prazos, a forma de participação e inscrição, e o convite ao público a fim de garantir o engajamento.

14.3 É de responsabilidade da organização da sociedade civil a produção dos materiais de divulgação, bem como de:

- a) Abastecer os seus canais de comunicação (*blog*, sítios da internet, redes sociais, grupos de *WhatsApp*, *newsletter* e outros);
- b) Ampliar a divulgação da pauta por meio do contato com veículos de imprensa (jornais, rádios, televisão, sítios da internet);
- c) Enviar as peças de divulgação com informações necessárias à equipe de Comunicação do CAU/RS, através do endereço comunicacao@caurs.gov.br, a qual abastecerá os canais de comunicação do Conselho.

14.4 A organização da sociedade civil deve enviar as peças de divulgação à equipe de Comunicação do CAU/RS com, pelo menos, 02 (dias) dias úteis de antecedência da data prevista para o início das ações de divulgação.

§ 1º. Caso o CAU/RS solicite ajustes, é necessário considerar mais 01 (um) dia útil para validação das peças ajustadas.

§ 2º A organização do prazo referente à criação, ajuste e aprovação final das peças, para os devidos fins de divulgação, é de responsabilidade organização da sociedade civil.

14.5 Todas as peças com a aplicação do logo do CAU/RS devem ser aprovadas previamente pelo CAU/RS.

14.6 A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

15. DA GESTÃO DE INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS



XV.1 A execução do presente Termo de Fomento observará o disposto na Lei 13.019/2014 e no Decreto nº 8.726/2016 e nas demais atos normativos e, especialmente, os atos normativos exarados pelo CAU/RS.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à sua publicação no sítio do Portal da Transparência do CAU/RS.

17. DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1 As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes terão como foro a Justiça Federal de Porto Alegre.


17.2 E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Porto Alegre, 04, NOVEMBRO de 2022.

TIAGO HOLZMANN DA SILVA
Presidente do CAU/RS

JOÃO FELIPE CHAVES BARCELLOS WALLIG
Presidente da ACVF

TESTEMUNHAS:

Nome: Roberta Dias da Silva CPF: 013.325.090-37	Assinatura (física ou digital): 
Nome: CPF:	Assinatura (física ou digital):

